

News Paper

Informativo
Setorial ANDIPA



Nesta edição

Papel imune pode ter nova norma ainda no 1º semestre, diz Receita Federal

Página 4

Em 2 anos, Recopi registra queda e alta nas operações

Página 5

Estatísticas trazem dados de produção, importação, venda doméstica, consumo aparente e exportação de papéis em 2021

Páginas 11 a 15

Coluna Two Sides: o *greenwashing*

Página 16

Custos pressionam cadeia do papel revestido

O fornecimento de papéis revestidos (cuchê) para a produção gráfica nacional ganhou o centro das atenções no início deste ano, com anúncio de reajuste de preços.

Com a pandemia, insumos encareceram no mundo todo e a logística global ficou desestruturada, multiplicando os custos de frete internacional e refletindo nos preços. Nos últimos dois anos, a importação de cuchê diminuiu e a exportação cresceu.

Veja nas páginas 8 a 10

A Rússia, a Ucrânia e a interdependência do mundo

Todos seremos impactados pela guerra no Leste Europeu, analisa consultor econômico da FecomercioSP

Página 3

EXPEDIENTE

NewsPaper Informativo Setorial ANDIPA é uma publicação da Associação Nacional dos Distribuidores de Papel (ANDIPA). Direitos autorais reservados. Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião da entidade. A reprodução é permitida desde que citada a fonte.

Contatos

(11) 3044-2214 - www.andipa.org.br
comunicacao@andipa.org.br
andipa@andipa.org.br

Presidente do Conselho Diretor
Vitor Paulo de Andrade

Diretoria
Antonio Manoel de Mattos Vieira Neto
Ítalo Aguiar Bezerra de Menezes
Marcelo Patury Accioly

Presidente Executivo
Vicente Amato Sobrinho

Assistente Administrativo
Edna Souza

Conteúdo Editorial e Diagramação
Keser Serviços de Comunicação

Jornalista Responsável
Rosangela Valente (Mtb 121/MS)

Expectativa de reequilíbrio

O primeiro bimestre de 2022 foi marcado por situações previsíveis e imprevisíveis, que devem ter desdobramentos ao longo do ano. O mercado de papel, assim como as demais atividades no mundo todo, vive os reflexos dos dois anos de pandemia que provocaram uma desorganização sem precedentes na logística internacional. Embora não se possa determinar o ritmo de recuperação da economia e tampouco qual será o novo ponto de equilíbrio, a expectativa de reequilíbrio é genuína.

Evidentemente que o cenário da guerra deflagrada pela Rússia no Leste Europeu é preocupante e tem potencial tão avassalador quanto incerto. Todos acompanhamos apreensivos os rumos do conflito e os impactos nas economias mundial e nacional.

Olhando internamente para o mercado do papel, o fornecimento de couchê tem sido o foco de atenções. Um reajuste de preços, anunciado em janeiro, pode ter surpreendido pelo percentual e pela antecedência, mas era previsível diante da alta de custos e do quadro internacional. É preciso lembrar que a logística global foi desorganizada durante a pandemia, fazendo o frete marítimo custar até sete vezes mais. Conseqüentemente, as importações em geral foram inviabilizadas. E, sem os fornecedores internacionais, o abastecimento do couchê depende basicamente da produção nacional.

Com o desarranjo na oferta, vejo que houve uma corrida ao mercado, agravando a percepção de escassez. O movimento de normalização do

fornecimento já começou e deve continuar ao longo do primeiro semestre, a depender do ritmo de queda do valor do frete. Pelo menos, esta é a expectativa de momento. De qualquer forma, devemos ter calma pois, com o tempo, a situação vai se regularizar.



Arquim

Há de se levar em conta, no entanto, a demanda real de papéis, em especial o couchê. Ainda que faltem dados específicos, sabemos que o consumo de papéis utilizados nos segmentos editorial e promocional tem diminuído. É esperado que uma parte da demanda gráfica deve ser recuperada com a retomada das atividades econômicas, após o arrefecimento da pandemia, e até pelas campanhas eleitorais deste ano.

O cenário nos convida à serenidade diante das incertezas, que devem perdurar até o reequilíbrio no abastecimento do mercado de papel. Fato é que devemos estar atentos pois, sejam quais forem as novas variáveis, seguiremos ainda com desafios e oportunidades.

*Vitor Paulo de Andrade
Presidente do Conselho Diretor*

A Rússia, a Ucrânia e a interdependência do mundo: todos seremos afetados

Por André Sacconato *

Neste espaço, vamos tratar do assunto que mais nos interessa: os potenciais efeitos na economia. É de conhecimento geral a importância destes dois países no fornecimento de petróleo e gás. Alguns números podem dar a dimensão do fato: na Alemanha, por exemplo, dois terços de todo o gás consumido vêm daquela região, e um terço do petróleo, da Rússia.

Se o conflito se estender por mais tempo ou as sanções atingirem em cheio a venda do petróleo russo, haverá, sem dúvida, aumentos expressivos no preço do barril ao redor do planeta – e, para um mundo que briga fortemente contra inflação, não poderia existir notícia pior.

É possível, também, que tudo isso cause efeito trágico no Brasil. No caso da inflação de 2021, os transportes apresentaram o maior aumento: 21,03%, com impacto de 4,19% na inflação total de 10,06%. Os combustíveis foram os principais causadores deste resultado: a gasolina teve alta de 47,49% no ano passado.

Para 2022, a previsão dos economistas era de mais tranquilidade para o petróleo e um efeito bem menor no índice final, fazendo com que o IPCA chegasse próximo a 5,5%, e o ciclo de alta de juros do Banco Central (Bacen) fosse concluído mais rapidamente.

Assim, na hipótese de um conflito de grandes dimensões – ou mesmo a proibição de compra do petróleo russo graças às sanções –, poderemos ter um repique na inflação, em uma situação que já não é vantajosa em termos de preços. Isso sem contar nos valores dos fretes internacionais, potencializadores de todos os outros preços.

No entanto, os efeitos não param por aí: a Ucrânia produz quase um quinto de todo o mercado de milho do mundo; e a Rússia, quase um terço de todo o trigo.

Como se não bastassem estes números, o país russo também é um dos maiores fabricantes mundiais de fertilizantes. O efeito sobre a produção direta

destes países e na produção de outras nações, via fertilizantes, seria bastante significativo.

O ciclo de alta de preços das commodities agrícolas, esperado que chegasse ao fim, pode se estender por mais algum tempo enquanto as tensões não se acalmarem.

Os preços de milho, trigo e soja devem ser os maiores atingidos nesta classe de produtos.

Efeitos também devem ser sentidos no mundo financeiro. A Bolsa russa, no primeiro dia do ataque, caiu quase pela metade. Num momento de tensão, a tendência é que capitais fluam para moedas mais fortes e ativos mais conservadores. Ouro, dólar e papéis de renda fixa de países desenvolvidos são os mais procurados.

A tendência é que haja no Brasil, pelo menos no curto prazo, uma [desvalorização da moeda nacional](#) e uma fuga de capitais de renda variável. Este processo pegou o País num momento de entrada massiva de capitais externos, como tratamos no último artigo. Nos primeiros dias após a invasão à Ucrânia, o real se desvalorizou, mas não houve uma saída tão importante de divisas.

Em suma, o grande medo (ou o cenário mais pessimista) seria que o conflito gerasse uma grande parada da produção mundial, forçando o aumento de preços. Isso é conhecido na academia por “estagflação”. Não é a conjuntura básica, mas devemos estar atentos aos desdobramentos do conflito, no país.

** André Sacconato é economista, consultor da FecomercioSP e integrante do Conselho de Economia Empresarial e Política (CEEP).*

Artigo originalmente publicado no [Portal Contábeis](#) em 4 de março de 2022.



Divulgação: FecomercioSP

Receita trabalha para ter nova norma para papel imune ainda no 1º semestre

Depois de ampliar em um ano o prazo de vigência do Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi), a Receita Federal do Brasil (RFB) trabalha “para viabilizar a implantação de evoluções na legislação ainda neste primeiro semestre”. A expectativa foi informada ao NewsPaper, em fevereiro, pela Assessoria de Comunicação Institucional da Receita Federal.

De acordo com a Lei 11.945/2009, o registro é obrigatório para as empresas que operam com o papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, com a imunidade prevista na Constituição Federal (“d” VI art 150). Pela norma vigente (Instrução Normativa nº 1.817, de 20/07/2018), os registros precisam ser renovados periodicamente, atendendo a exigências adicionais, como a apresentação de alvarás que deixaram de ser obrigatórios por força de lei federal.

Desta forma, no início do ano passado, a Andipa comunicou à Receita Federal que as empresas teriam dificuldades para a renovação, que deveria ocorrer até o dia 24 de julho de 2021. Além de concentrar grande número de registros, a situação de atendimento remoto nos serviços pelas restrições da pandemia era um complicador adicional para as empresas, sobretudo para aquelas que, tentando cumprir a exigência, precisam buscar alvarás em outros órgãos públicos.

Em 1º de julho de 2021, a RFB publicou a Instrução Normativa nº 2.037, prorrogando por mais um ano o prazo para renovação do Regpi, a partir da data do Ato Declaratório Executivo. Como publicado no NewsPaper 81 (setembro 2021), a Receita Federal instituiu um “Grupo de Trabalho responsável pela reformulação da regulamentação do Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) que tem feito constantes reuniões e debates para tratar do assunto, inclusive com envolvimento da Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo (Sefaz-SP), que já possui um sistema bastante avançado de controle das operações com papel imune”.

No mês passado, a Sefaz-SP informou que apresentou seu Sistema de Registro e Controle das Operações com Papel Imune (Recopi) à Receita Federal, em junho de 2021. Ainda conforme a Secretaria estadual, a Receita iria conhecer os sistemas das demais Unidades da Federação para propor melhorias.

Cooperação

Como noticiado na [edição 83 deste Informativo](#), uma publicação na edição 225 do Diário Oficial da União, do dia 1º de dezembro, tornou público o convênio de cooperação técnica para a detecção de fraudes fiscais decorrentes do desvio de finalidade do papel imune, celebrado entre a União, por intermédio da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), e a Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ), associação que representa a cadeia produtiva de árvores plantadas, que inclui os fabricantes de papel.

Questionada sobre a relação entre este convênio e o estudo de reformulação da regulamentação em andamento, a Receita Federal informou que está trabalhando na construção de um regimento que se mostre mais eficiente para o monitoramento e controle das transações envolvendo papel imune. “E para isso é fundamental acessarmos informações sobre as especificidades do segmento, além, é claro, das sempre bem-vindas sugestões e críticas que a entidade possa nos encaminhar”, diz respondeu a RFB, através de sua Assessoria de Comunicação.

Os trabalhos envolvem também outros segmentos da cadeia do papel imune, como informou a Receita Federal, esclarecendo que “a cooperação técnica está prevista no convênio e prevê a transferência de conhecimentos sobre o processo produtivo, a cadeia de importação e comercialização do papel imune, sendo elementos importantes para definições estratégicas de monitoramento do segmento e a detecção de fraudes fiscais”.

Após queda em 2020, Sistema Recopi aponta alta nas operações em 2021

Além do registro federal, a comercialização e uso do papel com imunidade de impostos estão sujeitos a controles estaduais, realizados através do Sistema de Registro e Controle das Operações com Papel Imune, o Recopi. Implantado em São Paulo em 2010, o Sistema passou a ser nacional em 2013, com a adesão gradativa de outros estados. Em 2022, seis Unidades da Federação ainda não ingressaram no Recopi (Acre, Amapá, Amazonas, Paraíba, Rio Grande do Sul e Roraima), segundo a Secretaria da Fazenda e Planejamento do estado de São Paulo (Sefaz-SP).

Consultada sobre o andamento do Sistema e os dados referentes ao Recopi, especialmente nos últimos dois anos, em função das restrições impostas pela pandemia, a Secretaria informou que ocorreu uma redução nas operações realizadas com papel imune em 2020. Com a retomada mais consistente das atividades, houve recuperação em 2021, que superou o total de operações de 2018.

Segundo a Sefaz-SP, em valores, a movimentação de papel imune caiu para algo em torno de R\$ 3,5 bilhões em 2020 e fechou o ano passado em R\$ 4,9 bilhões, resultado de 185 mil operações. Considerando os dados básicos até 10 de fevereiro deste ano, 4.029 estabelecimentos estavam com situação ativo no Sistema, que tem média mensal de 15,4 mil operações.

Conforme dados da Secretaria, 127 estabelecimentos foram descredenciados e 37 foram bloqueados no Sistema, que engloba sete ramos de atividades relativas ao papel para fins editoriais (fabricante, importador, distribuidor, gráfico, usuário, converte-

dor e armazém geral ou depósito fechado). Ao todo, no universo Recopi Nacional, estão cadastrados 7.377 estabelecimentos em todas as situações, sendo 3.057 gráficos, 2.592 usuários (editoras), 726 importadores, 520 distribuidores, 103 fabricantes, 105 convertedores e outros 274 armazéns.

Por fim, a Sefaz-SP enfatiza que monitora constantemente as operações realizadas pelo setor e procura atuar de forma a prevenir fraudes que desequilibrem a concorrência. Nas informações recebidas via Assessoria de Comunicação, a Secretaria ressalta a operação Papiro, deflagrada em 2019 com objetivo de dismantelar fraude fiscal estruturada envolvendo empresas que comercializavam papel utilizando-se de forma irregular da imunidade tributária prevista na Constituição Federal. Especificamente em relação à operação Papiro, a Sefaz informou que, até o momento, foram lavrados 17 Autos de Infração, constituindo crédito tributário de R\$ 35 milhões.

Aprimoramento

Sempre apoiando as ações de combate às fraudes, a Andipa acompanha o Sistema Recopi desde o início. No final de 2020, a Sefaz-SP contactou agentes do setor, entre eles a Andipa, colhendo sugestões dos contribuintes para um estudo em curso de possíveis melhorias no ambiente do Recopi. Na ocasião, a Andipa atualizou e reapresentou as propostas de aperfeiçoamento ao Sistema, encaminhadas anteriormente. Questionada, a Sefaz-SP informou que ainda não foram implantadas mudanças.



Fonte: Sefaz SP

Conselho indica novos membros para gestão 2022-2024

Na primeira semana deste ano, tomou posse a diretoria da Andipa, eleita em novembro passado, para conduzir a Andipa nos próximos três anos. Vitor Paulo de Andrade (da Rio Branco Comércio e Indústria de Papéis), foi reconduzido à presidência do Conselho Diretor pelos demais diretores, que são Antonio Manoel de Mattos Vieira Neto (da AMV Papéis Distribuidora), Ítalo Aguiar Bezerra de Menezes (ABC Distribuidora) e Marcelo Patury Accioly (Tecpel Importação e Distribuição de Papéis).

Também assumiram os novos membros indicados pelo Conselho Diretor para compor os outros dois órgãos da Associação na atual gestão. O Comitê de Auditoria conta com Artur Ulmann (Artepaper Importação e Exportação), com João Carlos Ferreira

Cassia (CAC Comércio de Papéis) e Maico Monte Bezerra (Rymo Imagem e Produtos Gráficos da Amazônia).

Já o Conselho do Setor é composto por Danilo Virides (Passalacqua & Cia), Estevão Vieira Filho (Tecpel Importação e Distribuição de Papéis), Flávio Ignacio (Sappi) e José Rainilton Marques de Almeida (Rymo Imagem e Produtos Gráficos da Amazônia). O Conselho do Setor é um órgão de apoio, previsto no Estatuto da Andipa, com poderes de elaborar recomendações ao Conselho Diretor. Como primeira composição do Conselho do Setor, os membros escolhidos terão a atribuição de aprovar o seu Regimento Interno.

Assembleia aprova contas

Os associados Andipa se reuniram no dia 09 de março, por videoconferência, para Assembleia Geral Ordinária (AGO) e palestra com o economista Fabio Pina, assessor econômico da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). Após apreciado pelo Comitê de Auditoria, o balancete de prestação de contas da Associação, do exercício de 2021, foi submetido à aprovação da Assembleia, o que aconteceu por unanimidade.

Palestra

Após a Assembleia, o economista apresentou um panorama sobre a guerra Rússia e Ucrânia, destacando os impactos na economia brasileira e mundial, diante dos acontecimentos até aquele momento.

Segundo ele, depois da pandemia que provocou ruptura na cadeia logística mundial, a expectativa era de que, ao longo deste ano, o ritmo nos mercados fosse gradativamente voltando à normalidade. No mundo globalizado, os impactos atingem a todos, ainda que em maior ou menor grau, como durante a pandemia e até agora com a questão dos fretes e contêineres.

“Os efeitos da guerra vão depender do quanto ela vai se prolongar”, afirmou o economista, ressaltando que qualquer avaliação considera que o conflito seja localizado. “Se escalar para a Europa seria catastrófico”, disse Pina, avaliando que os ataques à Ucrânia, assim como os embargos à Rússia, estão sendo mais duros e maiores do que se imaginava.

Rymo integra gestão da Andipa

Associada desde a criação da Andipa, há vinte anos, a Rymo da Amazônia vai participar mais ativamente da atual gestão, como membro em dois órgãos da entidade, o Comitê de Auditoria e o Conselho do Setor, o último em fase de implementação. Como associada, a Rymo valoriza as informações e o suporte fiscal e tributário oferecidos pela Andipa, como disse o Coordenador de Marketing e Novos Negócios, Maico Monte, representante da empresa no Comitê de Auditoria.

Há 35 anos no mercado, a Rymo nasceu para atender a indústria gráfica, inicialmente com filmes e em seguida abrangendo toda a diversidade de materiais para os segmentos de comunicação visual e sublimação, além da área de papelaria. Hoje, a empresa oferta papéis revestidos e não revestidos (para fins comerciais e editoriais) e papéis para embalagens, além do *cut size*. De acordo com o Coordenador, o negócio de Papel representa mais de um quarto da operação da Rymo, sendo a maior das áreas de negócios da empresa, tanto em volume de faturamento, quanto em espaço físico e logística.

Tendo em torno de 110 funcionários, a empresa atua sempre com foco em melhorar a experiência do cliente. “Buscamos otimizar os serviços, através de parceria com *marketplace* e *e-commerce*, inves-

tindo em ampliação de área e aumento da frota de caminhões”, disse Monte, destacando os esforços constantes no desenvolvimento de pessoas, através de treinamento e capacitação da equipe.

A logística complexa é um desafio contínuo para a empresa, que atende a toda a Região Norte e também o Maranhão. Com mercado relativamente pequeno, no qual os principais clientes são abastecidos diretamente pelo fabricante, a distribuidora se desdobra para atender a indústria gráfica, algumas que ficam de 2 a 3 dias, ou até mais, de distância de barco de Manaus. A peculiaridade logística da região desafia também o acesso aos produtos. Maico Monte reforça as dificuldades de importação diante dos preços do frete. Importando via Panamá, a empresa viu o frete da Ásia saltar do patamar de US\$ 2,7 mil o contêiner para acima de US\$ 25 mil durante a pandemia. Segundo ele, os valores atuais ainda superam US\$ 11 mil.

Apesar do cenário geral e das dificuldades de abastecimento, sobretudo do papel revestido, as eleições deste ano devem trazer oportunidades, tanto para o gráfico quanto para o distribuidor. Conforme Montes, outros tipos de papéis podem ganhar espaço nas campanhas eleitorais, além da linha de comunicação visual.

Mercado de cuchê sob pressão

Restrições de oferta e preços em alta deram o tom do mercado de papéis revestidos, denominados como cuchê, no início de 2022. Com a importação inviabilizada, principalmente da China, pelo aumento do custo de frete, o abastecimento do mercado brasileiro ficou mais dependente do produto nacional, que não acompanhou o ritmo das altas de custos e os preços internacionais. Em janeiro, a Suzano anunciou reajuste de 35% nos preços do cuchê a partir de 1º de março. O percentual provocou reações da indústria gráfica. Além de buscar negociar com o fabricante, o setor reforçou o pedido apresentado ao governo federal para redução da alíquota do imposto de importação sobre os papéis.

Para o presidente do Conselho Diretor da Andipa, Vitor Paulo de Andrade, no primeiro bimestre houve corrida para comprar e estocar papel cuchê em função do percentual anunciado, que foi elevado porque se deixou o preço no mercado interno distante do mercado externo. No entanto, as importações de cuchê caíram de 91 mil toneladas em 2019 para 30 mil toneladas no ano passado. Com isso, o abastecimento ficou mais dependente da produção nacional que, segundo fontes do setor, gira em torno de 180 mil toneladas ao ano.

“Com o advento da pandemia, houve uma desestruturação da área de logística e o frete aumentou exponencialmente”, afirmou Vitor de Andrade, exemplificando que o frete internacional que era abaixo de US\$ 80 por toneladas, passou para US\$ 500, num produto de valor à época de US\$ 900 a tonelada.

Com a retomada das atividades econômicas, a demanda por cuchê voltou a crescer. O anúncio de reajuste provocou aumento na procura, com empresas relatando falta de papel revestido e dificuldade para novos pedidos. Em meados de fevereiro, a Sappi já estava comercializando a produção de outubro, como contou Flavio Ignacio, diretor da empresa na América do Sul, explicando o cenário complexo do mercado internacional de papel, diante da demanda e da oferta com custos em alta. Segundo ele, o papel que há dois anos era vendido por US\$ 900 a tonelada hoje está por volta de US\$ 1300, resultado dos aumentos nos preços da celulose, do frete, do óleo, do gás, dos químicos, da energia elétrica. Considerando o preço no Brasil, tem ainda a valorização do dólar.

Negociação

A Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf Nacional) divulgou comunicado com resultado da negociação com a Suzano, que dividiu o reajuste em três meses a partir de 1º de março. A tentativa de conter e reduzir o aumento do preço do cuchê traz um alento para a indústria gráfica, que enfrenta de maneira desigual o cenário atual de adversidade, conforme disse o presidente da entidade, Sidney Anversa Victor.

A situação do mercado de cuchê foi tema da primeira edição, da terceira temporada, do [podcast Ondas Impressas](#), que foi ao ar no dia 02.03. No programa a jornalista Tânia Galluzzi e o consultor Hamilton Costa entrevistam o diretor comercial da Suzano, Guilherme Miranda, sobre o aumento de preço no papel para imprimir e escrever. O diretor ressaltou que a Suzano mantém sua produção de cuchê, enquanto os outros produtores têm encerrado a linha. “Historicamente, cuchê tem rentabilidade muito ruim, para qualquer produtor brasileiro ou internacional. O cuchê tem peso de custos muito maior que o ofsete, comparativamente”, disse o executivo da Suzano ao longo do episódio do podcast, que tem 45 minutos de duração. Para ouvi-lo é só clicar [aqui](#) ou pesquisar por Ondas Impressas em qualquer agregador de podcast.

Procurada para comentar o assunto, a fabricante encaminhou ao NewsPaper o seguinte posicionamento: “A Suzano orgulha-se em ser parceira do segmento editorial, das gráficas, papelarias e empresas do Brasil. O aumento de preços em toda a cadeia reflete não apenas a situação do Brasil, mas também mundial, com alta de preços de commodities nos mais diferentes setores. A despeito disso, a Suzano reforça o seu comprometimento com seus clientes de manter o fornecimento de papel couchê, seguindo políticas de preços competitivos em relação às praticadas ao redor do mundo. O diálogo constante com distribuidores é uma das premissas da companhia, que atua alinhada às tendências do mercado, contribuindo com a evolução e a transformação do mercado de papel, com respeito ao meio ambiente, aos seus clientes e colaboradores.”

Andigraf pede redução do Imposto de Importação

Diante do anúncio do aumento de preço do couchê, a diretoria da Associação Nacional da Indústria Gráfica e da Comunicação (Andigraf) pediu ao Ministério da Economia a redução permanente de alíquotas do Imposto de Importação de papéis, buscando aumentar a concorrência do mercado interno e a regulação dos estoques.

“Como o aumento de papel revestido foi muito acima dos demais tipos de papéis, fomos obrigados a tentar regular mercado com a importação com alíquotas próximas de zero, tanto no Imposto de

importação, como no IPI”, explicou o presidente da entidade, Roberto Moreira, completando que a questão da logística internacional deve se estabilizar.

O grupo de representantes da entidade foi recebido, no dia 31 de janeiro, pelo Secretário Especial de Comércio Exterior do Ministério da Economia, João Luís Rossi. Segundo Moreira, o pleito ao Ministério da Economia foi bem recebido e está sendo acompanhado.

Governo reduz alíquotas do IPI

As alíquotas vigentes do Imposto de Produtos Industrializados (IPI) foram reduzidas em 25% para a grande maioria dos produtos, incluindo os papéis, conforme estabelecido pelo Decreto nº 10.979, de 25 de fevereiro passado. De acordo com a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), para a maioria das especificações do Capítulo 48, referente a Papel e Cartão, a alíquota era de 5% e passou a ser de 3,75%.

“Toda redução é bem-vinda, gera mais negócios e movimentação a economia” avaliou o presidente da Associação Nacional das Indústrias Gráficas e da Comunicação (Andigraf), Roberto Carlos Moreira, acrescentando que a entidade está analisando o impacto em cada item.

Para Sidney Anversa Victor, presidente da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf Nacional), a redução do IPI deve afetar pouco na indús-

tria gráfica, podendo influenciar mais para as empresas que operam no regime de lucro presumido.

Segundo a Secretaria Especial da Receita Federal, a estimativa do impacto da medida é de R\$ 19,6 bilhões em 2022. O governo justificou que a redução tributária ocorre após a elevação da arrecadação dos tributos federais observada ao longo do ano passado, e não afetará a solvência da dívida pública e o compromisso com a consolidação fiscal.

Como o Decreto entrou em vigor a partir da data de sua publicação, que foi sexta-feira na véspera do carnaval, as empresas tiveram de ajustar seus sistemas. A Suzano, por exemplo, divulgou comunicado informando que seu sistema foi adequado em 04 de março e os ressarcimentos referentes as notas fiscais emitidas entre os dias 25 de fevereiro e 03 de março seriam alinhados com seu time comercial.

Exportação de cuchê cresceu na pandemia

O mercado externo foi o destino de 52,8 mil toneladas de papel revestido produzido no Brasil em 2021. Os números correspondem aos volumes exportados nas quatro NCMs (Nomenclatura Comum do Mercosul) que compõem o grupo de papéis cuchê (4810.13.89, 4810.13.99, 4810.19.89 e 4810.19.99), as mesmas que a Andipa acompanha as importações, através do sistema para consultas e extração de dados do comércio exterior brasileiro do Siscomex. No ano passado, as saídas destes papéis superaram em 75% as entradas, que somaram 30,2 mil toneladas.

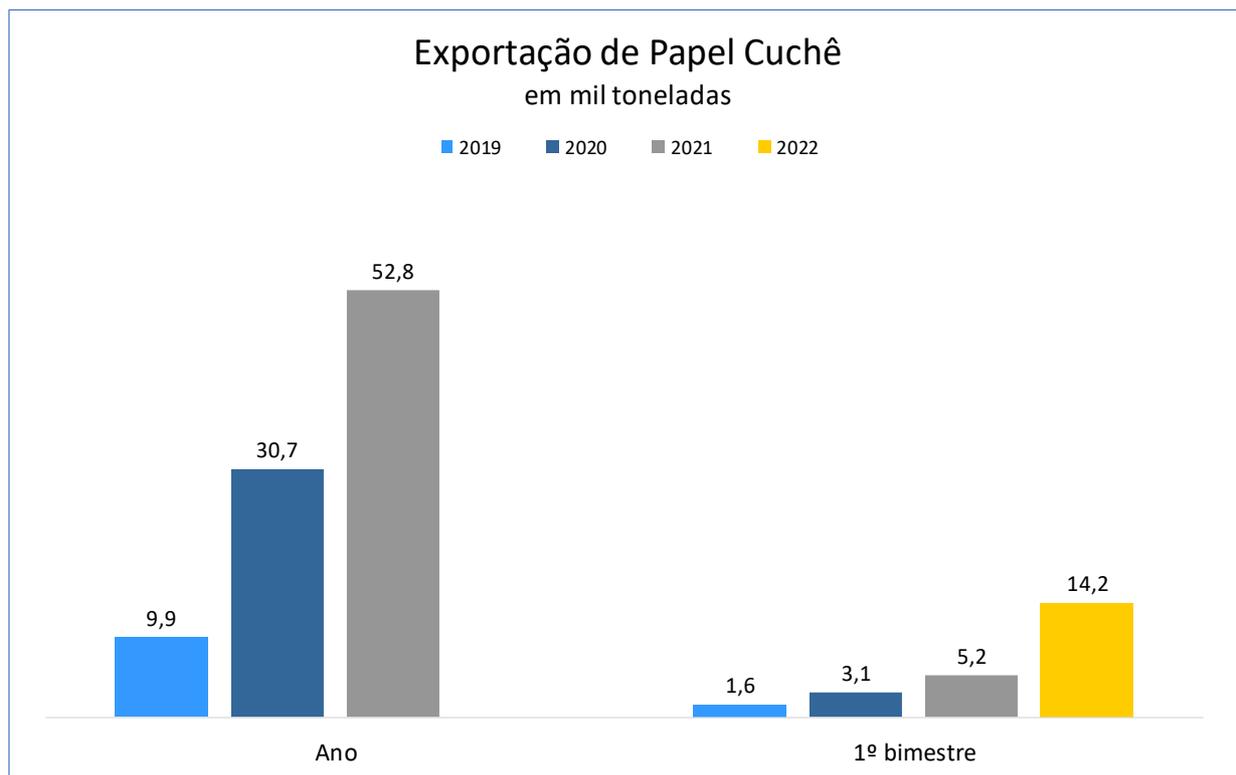
As exportações destes itens estavam na casa de 20 mil toneladas nos anos de 2010 e 2011, diminuindo nos anos seguintes, subindo um pouco em 2018 para 13,2 mil toneladas. Em 2019, foram apuradas 9,9 mil toneladas de cuchê embarcadas. No ano seguinte, sob o impacto da pandemia de Covid-19, as exportações brasileiras do papel revestido mais que triplicaram, chegando a 30,7 mil toneladas.

Considerando o movimento do primeiro bimestre,

as exportações de cuchê continuaram crescentes. Conforme os dados oficiais, em janeiro e fevereiro deste ano foram despachadas 14,2 mil toneladas destes papéis. No mesmo período dos anos anteriores, os volumes foram 5,2 mil toneladas, 3,1 mil toneladas e 1,9 mil toneladas, respectivamente.

Quanto ao destino, o México aparece como o país que mais recebeu cuchê brasileiro no ano passado e no primeiro bimestre de 2022, seguido pela Argentina, Colômbia e Chile. Juntos, os quatro países compraram 39,3 mil toneladas ao longo de 2021 e já receberam 9,8 mil toneladas nos dois primeiros meses deste ano.

A lista de países compradores do cuchê brasileiro também aumentou nos últimos anos, abrangendo todos os continentes. As exportações em 2019 foram para 19 países. O número de destinos passou para 33 no ano seguinte e para 37 em 2021. Índia, Reino Unido, Estados Unidos e Japão estão entre os 18 países que já importaram cuchê do Brasil em 2022.



Papéis classificados nas NCMs 4810.13.89, 4810.13.99, 4810.19.89 e 4810.19.99.

Fonte: Comex Stat / MDIC

Elaboração: ANDIPA

Dados apontam desempenho de papéis para imprimir e escrever em 2021

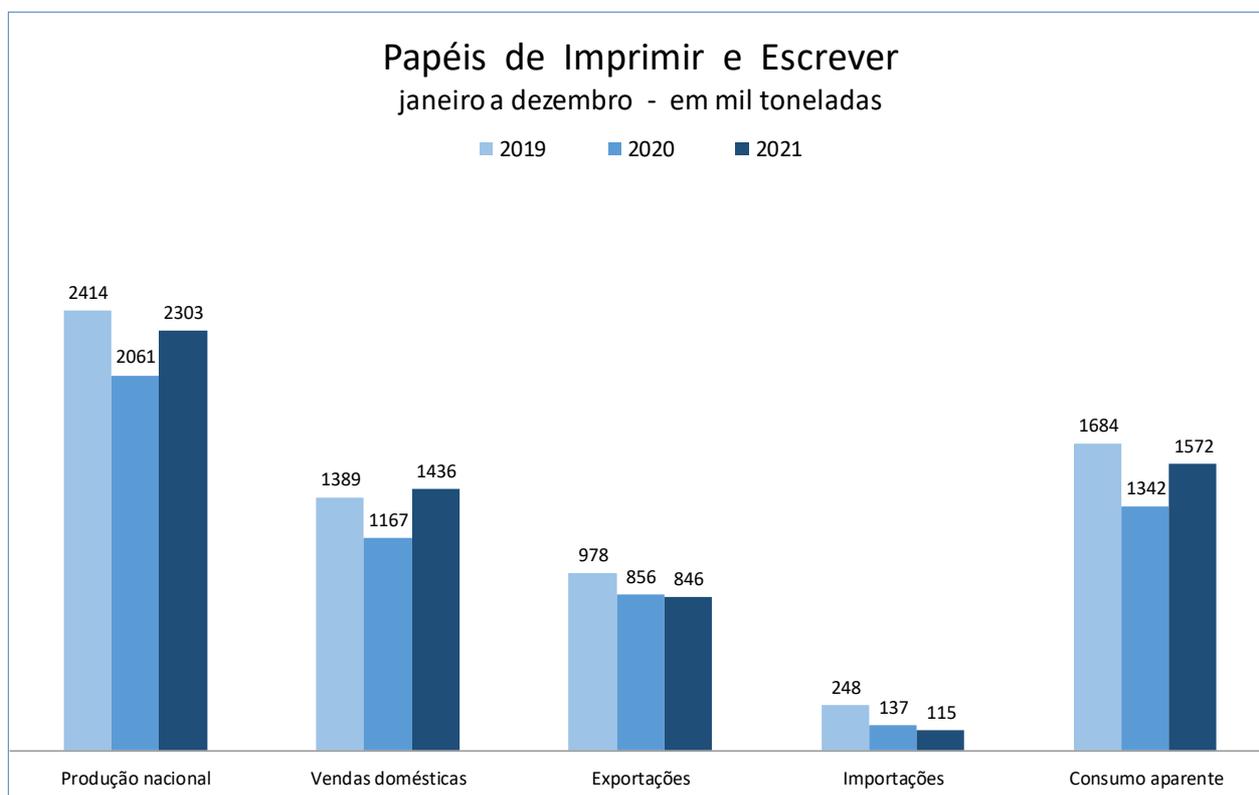
O consumo aparente de papéis para impressão e escrita cresceu 17% em 2021 com relação a 2020, ano fortemente impactado pelas paralisações decorrentes da pandemia de Covid-19. Na comparação com 2019, o consumo do ano passado caiu 6,7%, conforme mostram os dados da edição 34 do Dados Papel, Estatística da Indústria Brasileira de Árvores. O consumo aparente é resultado da soma da produção com a importação, menos o total exportado. O volume apurado foi de 1,68 milhão de toneladas em 2019, 1,34 milhão de toneladas, em 2020, e de 1,57 milhão de toneladas no ano passado.

A produção de papéis para imprimir e escrever somou 2,30 milhões de toneladas em 2021, o que equivale a alta de 11,7% sobre as 2,06 milhões de toneladas do ano anterior e redução de 4,6% sobre 2019 (2,41 milhões de toneladas), conforme registrado nas edições 22 e 34 do boletim estatístico. Em queda, as importações de I&E

somaram 115 mil toneladas em 2021, menos da metade das 248 mil toneladas apuradas em 2019, e 16% abaixo das 137 mil toneladas internalizadas em 2020.

A participação do produto brasileiro no mercado internacional também recuou nos últimos três anos, porém com variações menores. De acordo com os informes estatísticos, as exportações de papéis de I&E passaram de 978 mil toneladas em 2019, para 856 mil toneladas no ano seguinte e para 846 mil toneladas em 2021.

Produzindo mais e exportando menos, os fabricantes aumentaram a oferta destes papéis ao mercado doméstico. No ano passado foram registradas 1,44 milhão de toneladas de venda doméstica, superando em 3,4% a marca de 2019, de 1,39 milhão de toneladas. Em 2020, com a demanda afetada, a venda interna foi de 1,17 milhão de toneladas.



Fonte: Dados Papel - IBÁ - edições 22 e 34

Elaboração: ANDIPA

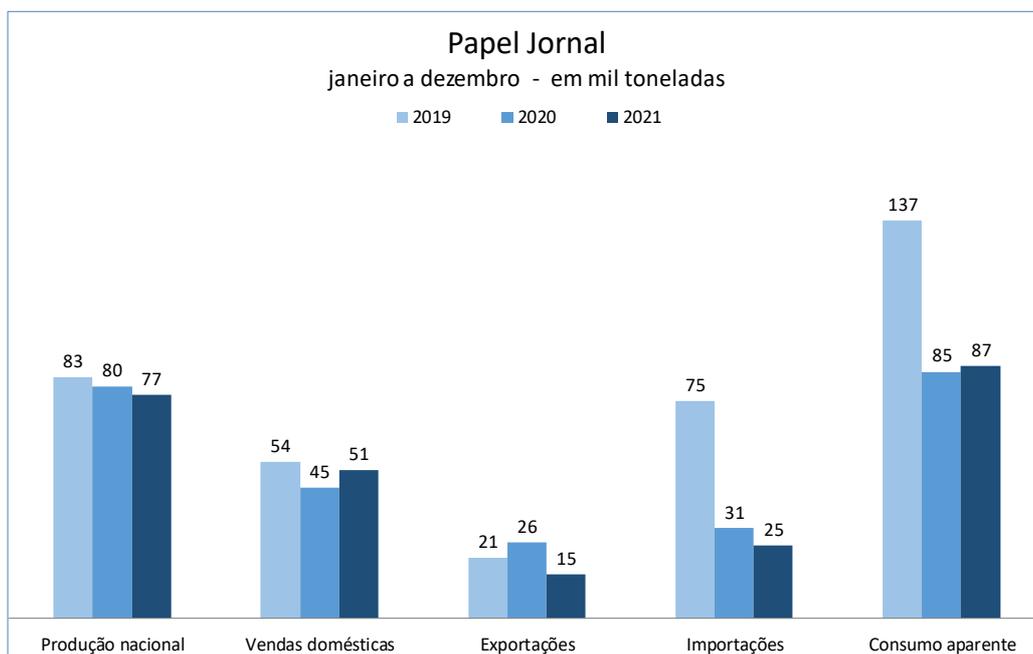
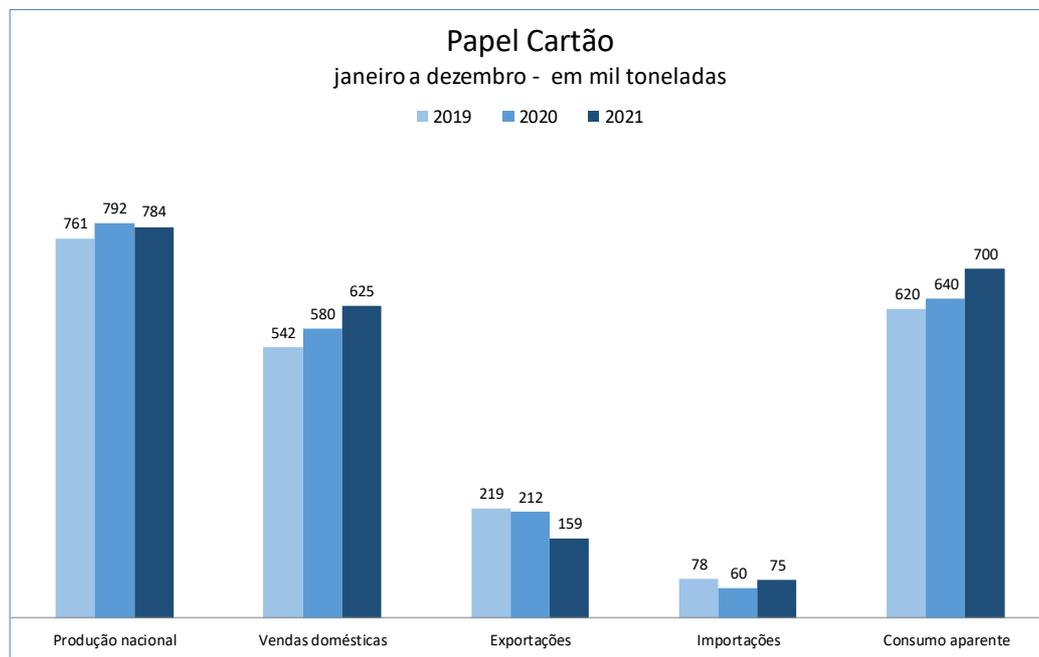
Cartão e jornal

Crescente nos últimos anos, o consumo aparente de cartão somou 700 mil toneladas em 2021, fruto da produção de 784 mil toneladas, descontada a exportação de 159 mil toneladas, mais as 75 mil toneladas importadas. Em 2020, foram apuradas 640 mil toneladas no consumo aparente de cartão, 3% acima das 620 mil toneladas de 2019, conforme as estatísticas da Indústria Brasileira de Árvores.

Reforçando o aumento da demanda, as vendas domésticas de papel cartão aumentaram sucessivamente nos três anos, saltando de 542 mil toneladas para 580 mil toneladas e outra vez para 625 mil toneladas em 2021.

O segmento de papel para jornais teve discreto aumento no consumo aparente de 2021, com 87

mil toneladas ante 85 mil toneladas em 2020. No entanto, quando comparado às 137 mil toneladas de consumo em 2019, o resultado mostra nova retração do setor. Há dez anos, o consumo aparente de papel jornal era de 512 mil toneladas, conforme estatísticas setoriais consultadas no arquivo da Andipa.



Fonte: Dados Papel - IBÁ - edições 22 e 34

Elaboração: ANDIPA

Em 2021, a importação geral de papéis cresceu; I&E e jornal tiveram queda

As importações gerais de papéis cresceram 8,3% em 2021, na comparação com os volumes do ano anterior. O resultado reflete as altas apuradas nos segmentos de Embalagens, Cartão e o que agrupa Outros Tipos, e as quedas nas categorias de Imprimir e Escrever (I&E) e de Imprensa, como detalha a edição 34 do Dados Papel, estatística da Indústria Brasileira de Árvores, referente a dezembro de 2021.

Concentrando o maior volume de importações, o item Outros somou 269 mil toneladas em 2021, o que representa aumento de 20,6% sobre as 223 mil toneladas do ano anterior. O Cartão saltou de 60 mil toneladas para 75 mil toneladas e registrou o maior crescimento percentual no período, 25%.

No segmento de Embalagem, as entradas de papéis estrangeiros cresceram 14,3%, de 98 mil toneladas em 2020 para 112 mil toneladas em 2021. A importação é praticamente nula no grupo dos Sanitários, que registrou apenas 1 mil toneladas no ano passado.

Menos importados

Mais utilizados em impressos editoriais e promocionais, os papéis de I&E recuaram 16,1% conforme os dados publicados, somando 115 mil toneladas em 2021, ante as 137 mil toneladas registradas no ano anterior. No papel Imprensa, destinado à produção de jornais, a importação somou 31 mil toneladas em 2020 e 25 mil toneladas em 2021, uma queda de 19,4% na comparação.

Outros indicadores

A publicação mensal da Iba reúne dados da produção, venda doméstica, exportação e importação de papéis, classificados em seis categorias: Embalagens, Imprimir e Escrever (I&E), Imprensa, Sanitários, Cartão e Outros. No total, a produção brasileira de papéis somou 10,66 milhões de toneladas em 2021, crescimento de 4,2% sobre as 10,24 milhões de toneladas do ano anterior.

Com produção de 5,73 milhões de toneladas no ano, o segmento de embalagens respondeu por mais da metade do total. Os tipos de imprimir e escrever vêm em segundo lugar, com 2,30 milhões de toneladas. Na sequência estão os papéis sanitários (1,32 milhão de toneladas), cartão (784 mil toneladas), outros (451 mil toneladas) e por fim o papel jornal (com produção de apenas 77 mil toneladas).

No total, em 2021 foram vendidas 5,61 milhões de toneladas de papéis para todos os fins, o que representa aumento de 6,3% sobre o volume de 2020 (5,28 milhões de toneladas). A participação dos segmentos nas vendas ficou distribuída na mesma ordem da produção.

As exportações gerais de papéis somaram 2,06 milhões de toneladas, com redução de 1,4% sobre o volume do ano anterior, de 2,09 milhões de toneladas.

Cartão segue destaque entre importados

Em 2021, uma seleção de dados mostra o desempenho das importações dos principais tipos de papéis comercializados pelos canais de distribuição. Dos sete subgrupos de papéis acompanhados mensalmente pela Andipa, cinco tiveram queda e dois tiveram alta, de acordo com os registros no Portal Comex Stat, sistema para consultas e extração de dados do comércio exterior brasileiro do Siscomex. O destaque é o papel cartão, classificado exclusivamente na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) 4810.92.90, que totalizou 59,4 mil toneladas em 2021. O volume representa um aumento de quase 50% sobre as 40,2 mil toneladas de 2020 e de 27% na comparação com as 46,7 mil toneladas apuradas em 2019.

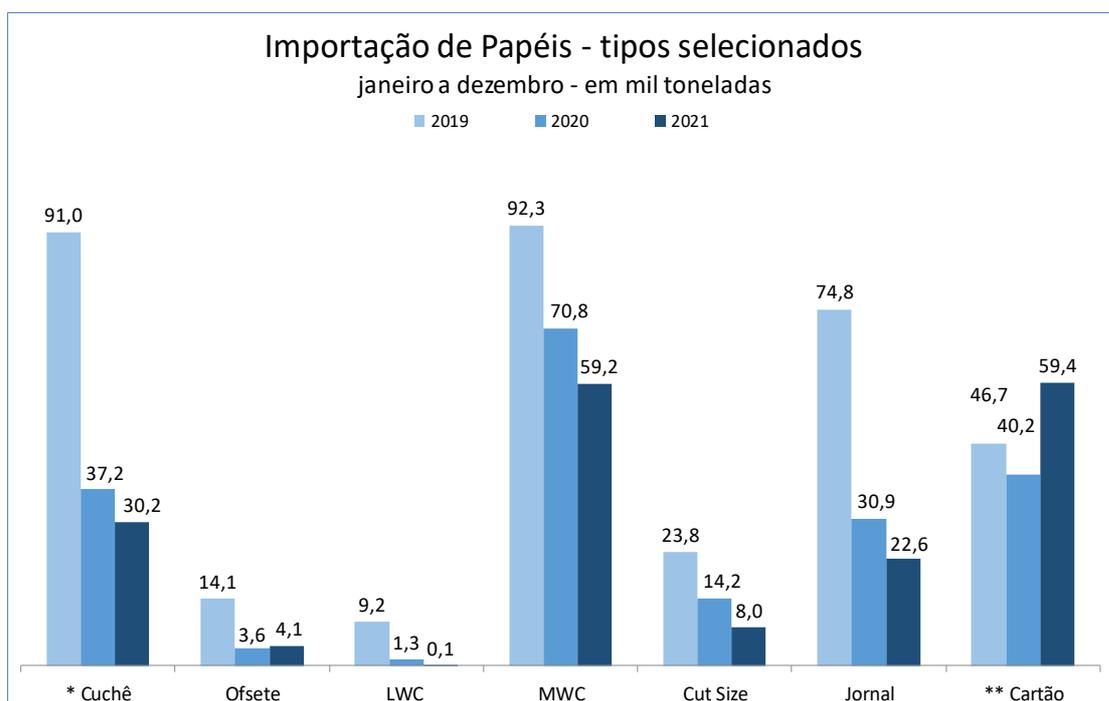
No ano passado, o papel MWC (NCM 4810.29.90) foi o segundo maior volume entre os itens selecionados, com a importação de 59,2 mil toneladas, 16,4% abaixo das 70,8 mil toneladas registradas em 2020. Os números oficiais apontam a importação de 92,3 mil toneladas de MWC nos doze meses de 2019.

O fornecimento de LWC (NCM 4810.22.90) estrangeiro que já era baixo, praticamente desapareceu nos últimos dois anos. De 9,2 mil toneladas em 2019, as importações de LWC caíram para 1,3 mil toneladas no ano seguinte e apenas 150 toneladas em 2021, conforme dados da Comex Stat.

O subgrupo de ofsete (NCMs 4802.55.92, 4802.55.99 e 4802.57.99) foi outro destaque de crescimento com relação aos volumes de 2020. Os desembarques ao longo de 2021 somaram 4,1 mil toneladas, 14% a mais que as 3,6 mil toneladas de 2020. No entanto, as entradas de ofsete estrangeiros em 2021 caíram 71% se comparadas às 14,1 mil toneladas anotadas em 2019.

Entre os papéis cortados (cut size), enquadrados nas NCMs 4802.56.10 e 4802.56.99, as importações totalizaram 8 mil toneladas no ano passado, contra 14,2 mil toneladas de 2020 e 23,8 mil toneladas no ano de 2019. O portal de comércio exterior aponta ainda que, nos últimos três anos, o desembarque de papel jornal (NCMs 4801.00.30 e 4801.00.90) caiu de 74,8 mil toneladas, para 30,9 mil toneladas e novamente para 22,6 mil toneladas em 2021.

Fechando a cesta de itens pesquisados, o papel revestido (cuchê) teve queda de 19% na comparação anual, recuando de 37,2 mil toneladas em 2020 para 30,2 mil toneladas no ano passado. O volume de 2021 corresponde a um terço das 91 mil toneladas de 2019, nas quatro NCMs que correspondem ao papel cuchê (4810.13.89, 4810.13.99, 4810.19.89 e 4810.19.99), conforme formato (folhas ou rolos) e gramatura (alta ou baixa). (vide matérias nas páginas de 8 a 10, sobre o mercado de cuchê).



Fonte: Comex Stat / MDIC

Elaboração: ANDIPA

* NCMs 4810.13.89, 4810.13.99, 4810.19.89 e 4810.19.99.

** 4810.92.90.

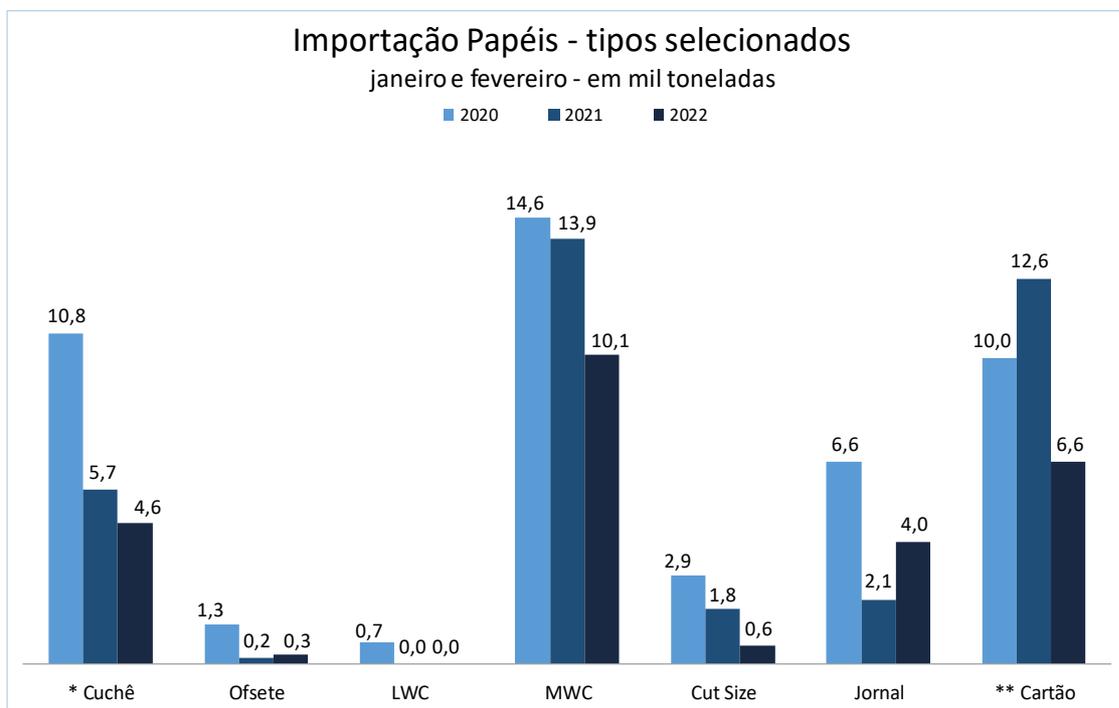
As entradas do primeiro bimestre

As importações de papéis em 2022 continuam desestimuladas, diante do cenário internacional, em especial pelo custo logístico. A avaliação justifica os resultados do primeiro bimestre, compilados no sistema para consultas e extração de dados do comércio exterior brasileiro do Siscomex.

Todos os números deste ano estão expressivamente abaixo

dos apurados no primeiro bimestre de 2020, antes das restrições da pandemia, incluindo o total das importações de papéis para todos os fins. Considerando todos os registros no Capítulo 48 do Sistema Harmonizado (SH) da classificação de mercadorias, que engloba produtos de papel e cartão divididos em 261 diferentes Nomenclaturas Comum do Mercosul (NCMs), as importações caíram em torno de 30%. Considerando os meses de janeiro e fevereiro, os dados apontam a entrada de 73,4 mil toneladas de papéis em geral neste ano, ante 105,6 mil toneladas em 2021 e 107,3 mil toneladas em 2020.

Pontualmente, os desembarques de jornal em janeiro e fevereiro deste ano foram praticamente o dobro do mesmo período de 2021, passando de 2,1 mil toneladas para 4 mil toneladas. No entanto, o volume de 2022 está 40% abaixo das 6,6 mil toneladas registradas no primeiro bimestre de 2020. Outra elevação foi entre os tipos ofsete, que somaram perto de 300 toneladas nos dois meses, ante 200 toneladas do mesmo período do ano passado. Ainda assim, bem abaixo da importação de 1,3 mil toneladas de ofsete do primeiro bimestre de 2020.



* NCMs 4810.13.89, 4810.13.99, 4810.19.89 e 4810.19.99. ** 4810.92.90.

Fonte: Comex Stat / MDIC. Elaboração: ANDIPA

Da seleção de papéis acompanhados pela Andipa, o MWC teve o maior volume importado no primeiro bimestre deste ano, 10,1 mil toneladas. No entanto, as entradas de MWC diminuíram 27% em relação às 13,9 mil toneladas do mesmo período do ano passado e -31% quando comparadas às 14,6 mil toneladas internalizadas nos dois meses de 2020.

O LWC deixou de ser importado em 2021. Já o tipo *cut size*, no primeiro bimestre, diminuiu de 2,9 mil toneladas em 2020, para 1,8 mil toneladas em 2021 e somou 0,6 tonelada neste ano.

A importação de 6,6 mil toneladas de cartão nos dois meses deste ano equivale a praticamente a metade das 12,6 mil toneladas computadas no mesmo período de 2021. No primeiro bimestre de 2020 foram recebidas 10 mil toneladas de cartão.

No comparativo dos primeiros bimestres, as entradas de cuchê (NCMs 4810.13.89, 4810.13.99, 4810.19.89 e 4810.19.99) recuaram de 10,8 mil toneladas em 2020, para 5,7 mil toneladas em 2021 e agora, em 2022, para 4,6 mil toneladas.

COLUNA TWO SIDES

O impacto do *greenwashing*

Muitas organizações líderes, incluindo bancos, empresas de serviços públicos e provedores de telecomunicações, estão incentivando seus clientes a optar por serviços eletrônicos, alegando que contas sem papel, extratos e outras comunicações eletrônicas salvam árvores e são melhores para o meio ambiente.

Essas declarações podem ser consideradas como *greenwashing* já que não são específicas e nem apoiadas por evidências científicas confiáveis, como a Análise do Ciclo de Vida. São enganosas porque sugerem que a comunicação eletrônica sempre tem menos impacto negativo sobre o meio ambiente do que a comunicação impressa. Normalmente, o que motiva as mensagens de *greenwashing* contra o uso do papel é, na verdade, a busca por redução de custos.

Exemplos de afirmações enganosas:

- não utilize papel, poupe árvores e ajude a salvar o planeta.
- escolha opções digitais e proteja o meio ambiente.

Essas declarações não são apenas enganosas, mas extremamente prejudiciais para uma indústria que tem enorme importância socioeconômica no mundo e, especialmente, no Brasil. Aqui, as indústrias de base florestal, que incluem fabricantes de celulose, papel, cartão e papelão, empregam diretamente mais de 500.000 cidadãos; são responsáveis por um saldo na balança comercial de mais de 11 bilhões de dólares e arrecadam quase 13 bilhões de Reais em impostos (Fonte: Ibá, 2019).



Two Sides é uma organização global, sem fins lucrativos, criada na Europa em 2008 por membros das indústrias de base florestal, celulose, papel, cartão e comunicação impressa. Two Sides, a mais importante iniciativa do setor, estimula a produção e o uso conscientes do papel, da impressão e das embalagens de papel, bem como esclarece equívocos comuns sobre os impactos ambientais desses recursos.

Saiba mais e torne-se apoiador: twosides.org.br ou lovepaper.org.br e ainda, al.twosides.info